



MATERNIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

Deborah Kopke Resende¹

RESUMO: Este artigo se trata de um recorte de uma pesquisa monográfica que investigou a maternidade, para além do sintagma da maternidade cor-de-rosa veiculado pela ideologia maternalista. Foi realizada uma revisão da literatura sobre a construção histórica e social do Mito do Amor Materno. Os resultados da pesquisa revelam que as concepções que envolvem a maternidade (como amor incondicional, instinto materno, felicidade insubstituível) são produções sócio-históricas-culturais. Desta maneira, este trabalho aponta o Mito do Amor Materno, propagado desde o fim do século XVIII, como uma criação fruto de diversos interesses sociais, culturais e econômicos, de cada época.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade; Mito do amor materno.

1 INTRODUÇÃO

Badinter (2011) propõe desmontar o histórico esquema de pensamento que forjou o ideal de que a mulher se realiza na maternidade. Para isso, esta autora questiona o que chama de “ideologia maternalista” e o desejo feminino de “ser mãe”, mostrando que, há muito, as mulheres estão submersas em um mito.

De acordo com essa perspectiva, o que se pretendeu com este trabalho foi realizar uma breve construção histórica e social a cerca da maternidade, a fim de esclarecer de que forma foi construído e propagado o Mito do Amor Materno entre as gerações.

Para isto, utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica. Foi realizada uma revisão da literatura de autores que versam sobre a construção histórica e social da família e das mulheres no Brasil e na Europa.

Ariès (1986); Badinter (1985; 2011); Moreira (2009) entendem a maternidade como uma construção social enraizada simbolicamente, variando segundo diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos. Partem, portanto, da idéia de que, historicamente, o valor dado à maternidade, à relação mãe-criança e ao amor materno nem sempre foi o mesmo, sendo que as variações que as concepções e atitudes relacionadas à maternagem apresentam, são produzidas por uma série de discursos e práticas sociais.

Não sendo o amor materno da ordem da natureza, mas fazendo parte do campo da linguagem, como salienta Hilferding (1991), é possível que ele seja inserido, de forma transparente e clara, no campo de estudo das ciências humanas, favorecendo transformações sociais, culturais, no nível da autonomia e do assumir responsabilidades.

¹ Bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. deborahkopke@gmail.com

2 MATERNIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

2.1 Maternidade, família e infância: construções articuladas

É possível constatar através de Ariès (1986) e Poster (1979) que os conceitos de família, infância e de maternidade, encontram-se articulados na história, afetando-se mutuamente e variando conforme os diversos contextos culturais, sociais, econômicos e políticos de cada época. Poster (1979) apresenta quatro modelos de estrutura de família existentes entre os séculos XIV e XX, o que confirma o argumento de que a família é uma construção social e, portanto, apresenta múltiplos modelos contextualizados no tempo e no espaço geográfico, histórico e social.

A família aristocrática, dos séculos XVI e XVII, se constituía em um agrupamento constituído de várias pessoas: parentes, dependentes, criados e clientes. Segundo Ariès (1986), dentro desta família a criança era mal vista e tão logo perdia a sua fragilidade física era misturada aos adultos em suas atividades produtivas.

As esposas dos aristocratas eram figuras cuja função constituía em ter filhos e organizar a vida social sem se preocupar com a criação das crianças. Conforme Ariès (1986, p.117), nesse contexto “a aprendizagem não se exercia na condição formal da escola, mas confundia-se com o exercício das tarefas domésticas cotidianas, sendo o convívio com os adultos parte importante deste processo”. Poster (1979) ressalta que como a vida das crianças nas famílias aristocráticas acontecia em meio a várias figuras adultas, que moravam com elas, não havia identificação parental e a suas experiências emocionais eram independentes das de seus pais.

Após a revolução industrial, Poster (1979, p.215) afirma que “a família transitou entre a sociabilidade aldeã para a privacidade isolada”. De acordo com Ariès (1986), esta transição ocasionou principalmente a retirada das crianças da vida comum.

Para Poster (1979), é a partir de meados do século XIX que floresce uma abundante literatura sobre a importância da conservação das crianças para o fortalecimento das famílias. Segundo ele, nesse momento, médicos, administradores e também militares colocavam em questão os costumes educativos de seu século visando afirmar o sentimento de família e produzindo a normatização social e familiar. Ariès (1986) ressalta que nos tempos modernos passou-se a admitir que a criança não estivesse madura para a vida, viu-se que era preciso submetê-la a um regime especial, o regime da educação, antes de deixá-la unir-se aos adultos.

De acordo com Poster (1979), a partir do século XIX instaura-se um novo padrão familiar associado à burguesia. Nele, os filhos foram reavaliados tornando-se seres importantes

para os pais. Em consequência disso, um novo grau de intimidade e profundidade emocional caracterizou as relações entre pais e filhos das famílias burguesas.

Conforme este autor, a família burguesa se organizava em núcleos onde havia a divisão de papéis parentais. Poster (1979) observa que nesse momento o amor materno foi considerado natural nas mulheres, que passaram a ter de não só zelar pela sobrevivência dos filhos, mas ter que treiná-los para um lugar responsável na sociedade, uma vez que já se iniciava o cuidado com a educação institucional.

Depreende-se, portanto, que o surgimento da infância como preocupação social é concomitante à reorganização da família moderna, no momento em que esta passa a ser constituída a partir da centralidade da criança, que deve receber atenção e cuidados constantes dos pais. Para Ariès (1986) o foco ideológico desloca-se, progressivamente, da autoridade paterna ao amor materno. Isto posto, a nova ordem econômica que passa a vigorar com a ascensão da burguesia como classe social, impunha como imperativo a sobrevivência da criança, vista como futura mão de obra produtiva para o Estado.

De acordo com Poster (1979) a família burguesa que surge como estrutura familiar dominante na sociedade capitalista vigora, em sua essência, até a contemporaneidade. Diante do exposto até o momento, é possível pensar que as elaborações sociais e culturais sobre o significado da maternidade estão historicamente associadas à emergência do sentimento de infância e as reconfigurações familiares. Percebe-se que o Amor Materno passa a ser visto como essencial a partir de um movimento carregado da dimensão econômica, que transforma ao mesmo as regras sociais e as relações entre os indivíduos.

2.2 A construção do amor materno no contexto da Europa

O tema do amor materno geralmente envolve uma série de associações condicionadas a sentimentos naturalmente positivos na condição de ser mãe, muitas vezes levando a uma divinização desse estado como algo abençoado pela natureza. Entende-se, no entanto, conforme Moreira (2009) que há uma série de concepções a respeito das práticas relacionadas à maternagem, produzidas pelos discursos sociais e científicos de cada época, levando a problematização da concepção de ser mãe como produto das circunstâncias de um dado momento histórico.

Conforme Moreira (2009) e Badinter (1985) desde a Idade Média, até o século XVII, nas famílias aristocráticas, as crianças permaneciam vinculadas às suas famílias por pouco tempo. Neste período, como uma prática generalizada, o recém-nascido era entregue a uma

Ama-de-leite, logo quando saía do ventre materno.

Badinter (1985) ressalta que o índice de mortalidade entre as crianças amamentadas pelas amas era duas vezes superior ao índice de mortalidade das crianças amamentadas pelas próprias mães. Neste momento, caberia a indagação da possibilidade de que as mães estabelecessem uma relação causal entre os dois fatos: o aumento do índice de mortalidade e a entrega a Ama-de-Leite. De acordo com Costa (1983, p.256) “o mais provável, porém, é que as mães ignorassem que a amamentação materna fosse vital à sobrevivência dos filhos.”.

Ao completarem a idade de oito anos as crianças retornavam para as suas casas, e logo eram enviadas para internatos ou conventos, onde recebiam instrução e educação. Nesse contexto os meninos se dirigiam para os internatos, enquanto as meninas eram encaminhadas para os conventos. Moreira (2009) aponta que as crianças também costumavam ser entregues para outras famílias, uma vez que a aprendizagem ainda não se exercia no contexto formal da escola e sim no convívio com os adultos. Tal prática era admitida pelo meio social e até mesmo legitimada pelos médicos. De acordo com Moreira (2009, p.16) “o sentimento de amor materno não existia nessa época como uma referência à afetividade”.

Até o século XVIII, carícias e ternuras entre mães e filhos eram traduzidas socialmente em termos de frouxidão e pecado. Badinter (1985) afirma que era dito às mães que elas perderiam os seus filhos caso os amamentassem com prazer. Neste período, segundo esta autora, os teólogos viam na relação amorosa e física, entre mãe e filho, a fonte de volúpia e má educação.

Observa-se em Badinter (1985) que data dos anos 1760-1770, o aparecimento de muitos discursos convocando os pais a novos sentimentos e, particularmente a mãe, ao amor materno. Esta autora salienta que após 1770, aparecem publicações recomendando às mães a cuidarem pessoalmente dos filhos, e ordenando-as a amamentá-los.

Infere-se que no fim do século XVIII, o amor materno surgiu como um conceito novo. E, igualmente nova, foi a associação das duas palavras: amor e materno. Isto significa, não só a promoção do sentimento, como também do sentido da mulher enquanto mãe. Badinter (1985) não nega a existência deste amor nos anos anteriores ao século XVIII, mas evidencia que este não se constituía como valor familiar e social na importância, conotação e posição que assumiria mais tarde. A partir dos anos de 1770 esta autora ressalta que foi imposta à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo, e inaugurou-se o mito que continuara bem vivo até a atualidade: o do amor natural e espontâneo de toda mãe pelo filho.

Badinter (1985) aponta esse novo imperativo como fruto do interesse do Estado para operar no salvamento das crianças em decorrência das altas taxas de mortalidade infantil em

um contexto em que a Europa apresentava crise econômica, e as crianças poderiam ser vistas como futura mão de obra produtiva. Esta autora ainda ressalta que foram necessários três discursos dirigidos à mulher para modificar as suas práticas perante os seus filhos:

Foram necessários nada menos de três discursos diferentes para que as mulheres voltassem a conhecer as doçuras do amor materno e para que seus filhos tivessem maiores possibilidades de sobrevivência: um alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso, dirigido exclusivamente às mulheres. (BADINTER, 1985, p. 149).

O discurso econômico, dirigido aos homens esclarecidos, aponta para a tomada de consciência da importância da população para um país. Badinter (1985) ressalta que neste discurso, a criança adquiriu um valor mercantil e, devido ao seu potencial produtivo, foi considerada uma riqueza econômica. O discurso filosófico, comum aos dois sexos, advém da filosofia rousseauiana e da ideologia natalista, e trazem a criança como um bem precioso e insubstituível para a sociedade e para os pais. O terceiro discurso foi dirigido pelo Estado exclusivamente às mulheres. Neste discurso as mulheres foram elevadas ao nível de responsáveis pela nação, porque, de um lado, a sociedade precisava delas e lhes dizia isso e, de outro, queria-se reconduzi-las às suas responsabilidades maternas.

De acordo com Tagiba (2011) viu-se surgir no cenário sócio-cultural e econômico, a partir do fim do século XVIII, uma nova imagem de mãe, cujos traços não cessaram de se acentuar durante os dois séculos seguintes e existem até hoje. Tagiba (2011, p. 438) considera que “desde essa época, estaria instituída, a imagem de mãe idealizada, bem como a dos bebês, vistos de maneira agradável e deliciosa”. Sobre isso, aponta Snyders (1980, p.19) “Os bebês, os pequeninos: são deliciosos, bem entendidos, e quem se atrever a dizer o contrário tem uma pedra no lugar do coração”.

Foi a partir do surgimento destes discursos que as mulheres passaram a serem consagradas como eixo da família, responsáveis pelo cuidado e educação dos filhos. Nesse contexto, aponta Moreira (2009, p. 23), “a devoção e presença vigilantes da mãe surgiram como valores essenciais, sem os quais os cuidados necessários à preservação da criança não poderiam mais se dar”.

De acordo com Badinter (1985, p. 202), já no início do século XIX, “a era das provas de amor havia começado”. O bebê e a criança transformaram-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher, a partir desse momento, aceitou sacrificar-se ao extremo para que seu filho vivesse melhor junto dela. O primeiro índice de mudança do comportamento mater-

no foi, segundo esta autora, certamente, a vontade nova da própria mãe de aleitar o seu filho. Ainda conforme Badinter:

A vigilância materna se estendeu de maneira ilimitada. Não havia hora do dia ou da noite em que a mãe não cuidasse sozinha, carinhosamente de seu filho. Quer estivesse em boa saúde ou doente, ela devia permanecer vigilante. Se, porém, ela adormecia, estando o filho enfermo, eis que se sentia culpada do maior dos crimes maternos: a negligência. (BADINTER, 1985, p. 211).

Badinter (1985, p.239) aduz que “ou as mulheres tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam distanciar-se dele, e tinham de pagar caro por isso”. Enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral: “da responsabilidade à culpa, foi apenas um passo, rapidamente dado ao aparecimento da menor dificuldade infantil”.

Para Badinter (1985) e Moreira (2009), por mais que se afirmasse por toda parte que o coração da mãe era um abismo insondável de ternura, de devotamento e de sacrifício, essas palavras sempre eram completadas por outras mais normativas e imperativas. Ou seja, havia um forte movimento externo que promovia o sentimento materno, juntamente com a imposição de novos padrões de conduta que todas as mães deveriam ter para com os seus filhos. De acordo com Badinter:

Enunciava-se uma longa lista de deveres a que nenhuma mãe deveria se furtar. Prova sem dúvida de que a natureza precisava ser solidamente respaldada pela moral! [...] Esse texto tem o mérito de pôr fim ao mito da felicidade feminina no sacrifício, e de substituir claramente o tema do instinto pela moral. (BADINTER 1985, p. 269).

Ainda segundo esta autora, a pressão ideológica foi tal que as mulheres se sentiram obrigadas a serem mães sem desejá-lo realmente. Assim, viveram sua maternidade sob o signo da culpa e da frustração. Badinter (1985) salienta que à medida que a função materna abrangia novas responsabilidades, repetia-se cada vez mais alto que o devotamento era parte integral da natureza feminina, e que nele estava a fonte mais segura de sua felicidade. Em consequência destas normativas, depreende-se que ficou-se fortemente estabelecido o mito do instinto do amor materno.

Para Moreira (2009) o discurso médico higienista teve grande peso no fortalecimento do ideal do amor materno, na medida em que com base nele foram difundidas normas que regulamentavam o cuidado com a criança de maneira que a mãe precisasse ser mais atenta e responsável, passando a exercer um papel central no desenvolvimento da criança.

Conforme Costa (1983), o propósito do discurso higienista era de converter as mulhe-

res ao modelo da mãe amorosa, através da amamentação do bebê. Segundo este autor, de acordo com o figurino da mãe higiênica, a amamentação e o cuidado com o filho faziam parte da vocação natural da mulher, que era comparada com a fêmea. Costa (1983, p.260) ainda salienta que “do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravar as fronteiras da casa e do consumo de bens e ideias que reforçassem a imagem da mulher-mãe”.

De acordo com Moreira (2009, p.20), não foram somente os médicos higienistas que fortaleceram o discurso das características específicas do papel materno, mas houve pedagogos, psiquiatras, psicólogos e psicanalistas que “por meio de seus conhecimentos especializados e intervenções contribuíram para a construção de normativas destinadas a regular a vida familiar e individual”.

Para Rauter (1987) os discursos psicológicos, psiquiátricos e psicanalíticos produziram a mãe “Psi” que é, sobretudo, uma mãe culpada pelas diversas patologias que sucedem o desenvolvimento de seus filhos. Em conformidade com Rauter (1987, p.22) para os especialistas “Psi” “é na relação mãe-filho que as causas das doenças ou distúrbios mentais encontram seu lugar privilegiado”. Desta forma, tanto o discurso médico higienista, como o discurso “Psi” produzem pautas prescritas para a maternidade que contribuem com a produção de uma consciência de auto-observadora e culpada na mulher que é mãe.

2.4 A construção do amor materno no Brasil

De acordo com Venâncio (2002) no Brasil, assim como na Europa, o desenvolvimento da organização e dos sentimentos presentes na família moderna, incluindo aqueles relacionados à maternidade, foi marcado pelas intensas modificações ocorridas pela ascensão da burguesia no final do século XVIII, embora no contexto brasileiro tais transformações tenham sido revestidas de características específicas à condição do país colonial.

Para Venâncio (2002, p. 191) durante o período colonial a maternidade era negada. Ele aponta que no segundo e no terceiro século de colonização, quando a população dos principais centros portuários aumentou significativamente, surgiu uma modalidade selvagem de abandono, em que os recém-nascidos eram deixados nas ruas “conhecendo por berço os monturos, as lixeiras e tendo por companhia cães, porcos e ratos que perambulavam pelas ruas”. Moreira (2009) salienta que era muito frequente o fato de crianças serem abandonadas pelas mães, que viviam em condições financeiras difíceis, pelas mulheres adúlteras, ou por aquelas que engravidavam antes do casamento, acontecendo, inclusive, abortos e infanticídio.

De acordo com Venâncio (2002), no século XVII, a ocorrência do aumento do número de crianças abandonadas incomodou a população de origem portuguesa colonizadora do país. Para os colonizadores que herdaram uma religião europeia com a crença na danação das almas, o abandono causava indignação e perplexidade. Por esse motivo, o autor destaca que nos séculos XVIII e XIX foram criadas, pelos portugueses, instituições como a Santa Casa de Misericórdia no Brasil para acolherem os enjeitados, bem como foram lançadas medidas de incentivo para crianças que fossem adotadas por outrem.

Segundo Venâncio (2002) todas as crianças, a partir desse momento, foram recolhidas da rua e batizadas. A Câmara passou a auxiliar as famílias que aceitassem criar os abandonados, com um valor que permitia muito mais do que as compras necessárias para a subsistência deles. Para Moreira (2009), apesar de haver no país, no fim do século XVIII tentativas de se cuidar da infância destacava-se, nesta época, alta incidência de mortalidade infantil, devido aos maus tratos. Venâncio (2002, p.213) aponta que a morte precoce consistia no destino de 90% dos bebês auxiliados pelas câmaras e hospitais.

Este autor constata que a morte de crianças, neste período, se tornou um problema, pois o Brasil deveria se desenvolver e, para isso, precisava aumentar a sua população. Em consequência disso, o Estado e a Igreja passaram a estimular o cuidado com a infância e a criticar severamente as práticas de aborto e abandono dos filhos.

Segundo Venâncio (2002), foi tentando seguir esse projeto que a Igreja fixou-se como responsável na difusão da importância do matrimônio, e, a serviço do Estado impôs as normas de conduta que estabeleciam a divisão de incumbências no casamento, dentro do sistema patriarcal, desenvolvido na colônia. Além disso, a igreja passou a postular a supremacia do homem sobre a mulher, e a controlar de perto a catequese feminina, trazendo também o culto à Virgem Maria e estimulando a reprodução, tão logo a mulher se casasse.

A partir disso, Moreira (2009) ressalta que a vida feminina se restringiu ao bom desempenho doméstico e à assistência moral à família. Segundo esta autora, o homem tinha seu papel centrado na provisão da mulher e dos filhos e cabia à mulher respondê-lo com obediência.

Venâncio (2002) salienta que no século XIX, a partir da implantação das faculdades e academias de medicina surgiram vários projetos destinados a combater as altas taxas de mortalidade das crianças e dos bebês enjeitados. De acordo com este autor, os médicos passaram a endossar essa concepção que via na maternidade o desígnio natural da mulher a fim de promover o cuidado maior das mães pelos seus filhos, e conseqüentemente diminuir a taxa de mortalidade infantil no Brasil.

Através do discurso médico higienista, Venâncio (2002) observa que foram criadas regras para a moderna criação mais cuidadosa das crianças, assim como foram promovidas iniciativas privadas e públicas para protegê-las. Conforme Costa (1983) nesta época criou-se a mãe higiênica: aquela que é amante dos filhos e aliada dos médicos.

De acordo com Venâncio (2002) outro aspecto que se destacou nessa influência do discurso médico na reorganização da família e da maternidade foi a crescente produção do conhecimento sobre o corpo feminino, que resultou na constituição de duas especialidades médicas, a obstetrícia e a ginecologia. Venâncio (2002) ressalta que o determinismo naturalista e a normatização médica construíram, com seus métodos e teorias, um modelo de mulher fundado na anatomia e na fisiologia, com importantes desdobramentos morais e políticos para as mulheres, encerrando-as nos estreitos limites da esfera doméstica e da maternidade.

Apoiada na revisão da literatura feita até o momento é possível pensar que tanto no Brasil como na Europa, o discurso médico contribuiu significativamente para a construção desse ideal sagrado de mãe. Assim também, é possível constatar que a infância e as relações familiares passaram a serem pensadas e normatizadas pela ciência médica. Depreende-se que isto aconteceu de forma que os cuidados maternos foram mais valorizados, e tomados não somente como desejáveis, mas como naturais, a partir do fim do século XVIII, tanto na Europa quanto no Brasil, conforme observa-se em Badinter (1985), Venâncio (2002) e Moreira (2009).

2.5 O amor materno como um mito

Badinter (2011) propõe desmontar o histórico esquema de pensamento que inventou o ideal da realização da mulher na maternidade. Para isso ela questiona o que se chama de “ideologia maternalista” e o desejo feminino de “ser mãe”. Esta autora mostra que estamos há muito submersas em um mito.

Conforme Venâncio (2002, p.195) e Badinter (2011) ao explicitar que ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Conforme este autor, “não se encontra nenhuma conduta universal e necessária para ser mãe, mas ao contrário, constata-se a extrema variabilidade dos sentimentos maternos, segundo a cultura, ambições ou frustrações da mulher”. De acordo com Badinter:

Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao deter-

minismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres, é adicional. (BADINTER, 1985, p. 367).

Para Andolfi (1988) o mito pode ser considerado como um conjunto de realidades em que coexistem elementos reais e da fantasia. Percebe-se o Mito do Amor Materno surgindo apoiado nos discursos médico, religioso e político, para legendar principalmente uma realidade de interesse econômico. De acordo com Badinter (1985) e Venâncio (2002) era preciso diminuir a taxa de mortalidade das crianças abandonadas e entregues às amas de leite, para aumentar a produtividade e satisfazer os ideais de uma economia regida pelo modo de produção capitalista e sob o domínio da família burguesa.

Entende-se que uma vez instaurado, o Mito do Amor Materno foi inscrito na memória familiar dos indivíduos e transmitido entre as gerações como uma crença irrefutável a partir do fim do século XVIII. Desde esta época percebe-se que o Mito do Amor Materno atuou como um elemento organizador das sociedades, de forma a possibilitar, através da crença no amor materno inato, o estabelecimento de regras de comportamento, que interessavam aos Estados, concernentes às mulheres mães.

Como um lugar sagrado, interditado de conversação, a maternidade passou a ser vista como algo do instinto da mulher, que se realizaria plenamente ao ser mãe. Badinter (2011, p.20) aduz o amor materno como “dogma inquestionável da subjetividade daquela que não desejaria nada mais do que ser a mãe perfeita”. E nesta lógica, esta autora aponta que o bebê seria construído como objeto da suposta “natureza maternal da mulher”.

Atualmente, no século XXI, a realidade observada por Badinter (2011), é de uma mulher em conflito com o Mito do Amor Materno. Depreende-se que hoje em dia, este mito ainda permeie o imaginário social coletivo, contudo, acredita-se que ele é posto em questão a partir dos outros domínios que a mulher veio a conquistar.

2.6 Maternidade em transição: a emergência da maternidade como escolha

Para Badinter (2011) o maternalismo, baseado no conceito de instinto materno, constitui um sistema no qual as mulheres e os homens estão historicamente enredados. Isto aconteceu, segundo esta autora, a partir dos ideais masculinos dominantes de cada época. Com a maternidade, explica Scavone (2001), as mulheres ficavam ausentes no espaço público e confinadas no espaço privado, uma vez que era exigido delas cada vez mais cuidados com os seus filhos.

Segundo Ariès (1986), até o século XVIII, as mulheres estiveram excluídas do proces-

so de educação formal e, assim, toda a educação dada até então à mulher tinha o propósito de convencê-la do seu dever de ser submissa ao pai e/ou ao marido, obedecendo-os e respeitando-os.

Em concordância com essa visão Badinter (1985, p.145) escreveu que os homens se dirigiam às mães para dizer-lhes que não havia ocupação mais agradável do que zelar pelos filhos: “Não há dever mais delicioso”. Badinter (1985) ainda observa que a sociedade assegurava à boa mãe que seu marido lhe seria mais fiel, e que viveriam uma união mais doce por ela ser uma boa mãe.

De acordo com Badinter (2011) a transformação desse lugar recluso da mulher passou a se instalar no início do século XIX, quando o governo reconheceu a necessidade de educação da população feminina. Esta autora observa que ao final desse mesmo período, algumas publicações abordavam a relação entre a mulher e a educação, mas sem pensar em um projeto amplo a todas as mulheres porque o conhecimento não passava de um instrumento de reconhecimento daquelas provenientes das classes mais abastadas.

Moreira (2009) mostra que com advento da Revolução Industrial e a consolidação do sistema capitalista, no fim do século XIX, inúmeras mudanças ocorreram no modo de produção e organização do trabalho feminino, uma vez que houve necessidade de que boa parte da mão de obra feminina se concentrasse nas fábricas a fim de contribuir com o aumento de sua produtividade.

Além desse fator, Moreira (2009) ressalta que o contexto das duas Guerras Mundiais, no século XX, também favoreceu o acesso da mulher ao mercado de trabalho, uma vez que quando os homens iam para as frentes de batalha as mulheres passavam a assumir os negócios da família. Conforme explicita esse autor, a transição de um modelo tradicional de maternidade, em que a mulher era definida essencial e exclusivamente como mãe, para um modelo moderno de maternidade, em que a mulher, entre outras possibilidades, é também definida como mãe, emerge com a consolidação da sociedade industrial, com o crescente acesso da mulher à educação e seu ingresso no mercado de trabalho, apesar de que a presença da figura feminina no lar ainda tivesse força hegemônica.

Para Badinter (2011) com o advento do movimento feminista, a partir da metade do século XX, a maternidade passa a assumir uma dimensão reflexiva a ser analisada pensando nas condições econômicas, sociais e culturais das mulheres e do casal. Scavone (2001) aponta que desde 1949 com Simone Beauvoir na França, antecedente de Elisabeth Badinter (1985) neste mesmo país, contesta-se o determinismo biológico ou destino divino associado à maternidade ao afirmar que o ser era tornar-se, que o amor materno era uma conquista advinda da

relação entre mãe e filho e não algo da ordem somente do instinto.

Scavone (2001) observa duas vertentes no movimento feminista presentes no século XX: uma tendência bem-comportada e outra mais incisiva. Em conformidade com esta lógica esta autora ressalta uma vertente comportada de mobilização das mulheres que exigiram o seu direito à cidadania, sem questionar os outros papéis subalternos assumidos por elas, como por exemplo, a maternidade; e na outra extremidade, observa uma vertente de mulheres mais incisivas que reivindicavam sua ampliação na vida pública, a defesa irrestrita do movimento dos trabalhadores, entre outros.

De acordo com Badinter (2011), na década de 1970, o movimento feminista incisivo atuante, conciliou a luta da liberdade e igualdade de gênero com a maternidade fora do cerne do destino feminino. De acordo com esta autora, para as mulheres militantes do feminismo, foi a partir deste movimento que as mulheres começaram a poder efetivamente dar prioridade às ambições pessoais ao invés de escolherem uma vida com filhos.

Nesse sentido, Scavone (2001) aponta que a maternidade como escolha é um fenômeno contemporâneo, que historicamente foi se consolidando no decorrer do século XX, no qual as transformações econômicas, familiares, os avanços tecnológicos e os movimentos feministas constituíram-se como elementos importantes para esse processo e para a relação que então se estabeleceu com o ser mãe e o ser mulher.

Sobre os avanços tecnológicos, ressalta-se a descoberta das pílulas anticoncepcionais e a disseminação das técnicas contraceptivas também no fim do século XX que, conforme observam Barbosa e Coutinho (2015), permitiram que as mulheres se tornassem responsáveis pela sua fecundidade/fertilidade, podendo optar por ter ou não ter filhos. Ainda ressalta-se o início do uso das mamadeiras, que possibilitou de acordo com Scavone (2001) tanto a divisão de tarefas, pois permitia a participação do homem no cuidado com a criança, como facilitava a entrada das mães no mercado de trabalho.

2.7 Maternidade na atualidade: um retorno ao discurso naturalista

Badinter (2011) mostra que na medida em que existe a escolha, em se ter ou não filhos, não é mais possível falar em desejo universal das mulheres pela maternidade. Para Barbosa e Rocha (2007, p.167) a não opção pela maternidade vem crescendo. Segundo estas autoras, o adiamento da maternidade se tornou comum uma vez que atualmente o desejo de ter filhos costuma entrar em conflito com outros imperativos da vida da mulher como, por exemplo, com o trabalho. De acordo com Moreira (2009) trabalho e família são tidos como valores

importantes para as mulheres da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, Badinter (2011, p. 31) afirma: “é como se a criança não fosse mais a prioridade das prioridades”. Esta autora aponta que em primeiro lugar as mulheres querem garantir a sua independência por meio de estudos, cada vez mais demorados, para depois ascenderem em um trabalho gratificante, e só então viria o lugar dos filhos. Ainda conforme Badinter (2011, p. 32), por vezes se tem a impressão de que é a exigência da idade e o medo de perder a possibilidade de ser mãe que determina as mulheres a procriarem, mais do que a vontade de ter filhos. Esta autora afirma que atualmente “a fibra materna tem despertado preguiçosamente em torno dos trinta anos e mais energeticamente entre os trinta e cinco e quarenta anos”. Ou seja, para Badinter (2011), muitas vezes é o relógio biológico que tem forçado as mulheres a se decidirem pela maternidade.

Depreende-se, que atualmente, as mulheres assumem uma posição bastante reflexiva diante da maternidade. Com o fácil acesso aos métodos contraceptivos, bem como com o incremento acelerado das tecnologias reprodutivas, observa-se que as gestações têm sido cada vez mais planejadas. Acredita-se que por esse motivo atualmente haja um cuidado mais detalhado, com um investimento maior, por parte das mulheres, para com aqueles que serão seus herdeiros. De acordo com Badinter (2011) com intuito de ser “a boa mãe” as mulheres disponibilizam atualmente o máximo de recursos possíveis para o desenvolvimento saudável de seus filhos.

Ainda conforme Badinter (2011), recentemente têm acontecido uma involução silenciosa, na qual a sociedade retoma um discurso naturalista no que diz respeito às boas práticas de cuidado com o nascimento e com os filhos. Esta autora considera como discurso naturalista aquele que é apoiado na etologia (ciência do comportamento das espécies animais), que lembram as mulheres que elas são mamíferas, promovem a rejeição a técnicas hospitalares e o estímulo a amamentação.

Como exemplo deste discurso, observa-se atualmente o constante estímulo ao parto natural ou humanizado, já incorporado na Europa, e no Brasil fortemente estimulado pelo Ministério da Saúde dos governos federais e estaduais. Conforme Souza, Gaiva e Modes (2011), no modelo de assistência hospitalar das maternidades, até a emergência do discurso humanizado, a mulher tinha perdido o poder de decisão em ações relacionadas ao seu próprio corpo. Por sua vez, o parto humanizado (ou natural) prega atualmente, conforme Castro e Clápis (2005), uma desmedicalização da assistência, sendo um parto com mínimo de intervenções técnicas, e promovendo um empoderamento das mulheres sobre o seu próprio corpo. Verifica-se, através da veiculação de campanhas publicitárias midiáticas, como este discurso

tem sido valorizado na atualidade como uma “boa prática do parto e do nascimento”. Vale ressaltar, que por difundir a ideia do empoderamento da mulher sobre o seu corpo e o seu tipo de parto, observa-se que este discurso do parto humanizado tem sido apoiado pelas líderes feministas da contemporaneidade.

Badinter (2011) salienta que o estímulo ao retorno do aleitamento materno também está no cerne deste discurso naturalista predominante na atualidade. De acordo com esta autora, agora o corpo médico já se encontra plenamente de acordo com a volta do aleitamento materno. Segundo Badinter (2011, p.45) “raros são os que se arriscam a criticar a necessidade de amamentar nos países desenvolvidos”. No que diz respeito a isto, também nota-se a difusão de campanhas publicitárias e discursos científicos provendo o estímulo ao aleitamento materno como uma boa prática para o desenvolvimento infantil.

Badinter (2011) ainda ressalta que a creche neste espaço do discurso naturalista passa a ser fortemente desaconselhada ao bebê de menos de um ano, que para ter um desenvolvimento harmônico, necessita de um maior apoio da figura materna. Segundo Badinter (2011, p.56), a conclusão tem se tornado irrecorrível: “a boa mãe é aquela que amamenta, que faz o parto natural, que abdica tempo de trabalho para cuidar do seu filho”. Conforme esta autora, imperceptivelmente, a natureza, o discurso médico e biologicista assumem novamente a condição de autoridade moral.

A ideologia do discurso naturalista a respeito do maternalismo faz coexistir de acordo com Barbosa e Rocha (2007), repertórios discursivos sociais distintos para a mulher, advindos da família e decorrentes do trabalho profissional. Depreende-se que ao mesmo tempo em que na contemporaneidade as mulheres se encontram bem inseridas no mercado de trabalho, o discurso naturalista acontece de maneira a exigir que estas mesmas mulheres possuam mais tempo para se dedicarem aos seus filhos. Conforme estas autoras, ao mesmo tempo em que há um incentivo à profissionalização da mulher e uma cobrança por parte dos pais e da sociedade para que as mulheres estudem e invistam em uma carreira profissional, permanece a expectativa de que um dia elas venham a cumprir seu "principal" papel, o de mãe. Há de se perguntar como estas mulheres respondem a estas expectativas.

Segundo Moreira e Raserá (2010, p. 535) ao descreverem-se os diversos discursos relacionados à maternidade (sejam eles naturalistas ou não) há o problema evidente de se pensar a maternidade e a mulher como eventos únicos. Para estas autoras, “ao regular a sociedade a partir de uma única descrição de maternidade cria-se a expectativa de um modelo a ser seguido firmemente demarcado”. Nesta mesma linha de intelecção Badinter (2011, p.20) aduz que as pautas prescritas sobre a maternidade, ainda que variáveis ao longo dos anos, não levam

em conta que existem “tantas mulheres quantos desejos”. Verifica-se que há nós paradoxais entre os repertórios discursivos da maternidade e a forma como cada mulher vivencia este processo. Entende-se que há uma tensão entre o que o meio social, histórico e cultural determina, e a vivência subjetiva de cada mulher a respeito da maternidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do amor materno, geralmente, envolve a associação de sentimentos positivos a respeito da condição de ser mãe, o que pode conduzir à divinização desse estado, e sua caracterização como algo abençoado. Entende-se, no entanto, que há uma série de concepções a respeito das práticas relacionadas à maternagem produzidas e marcadas por discursos sociais e científicos de cada época, que nos levam a concluir que a concepção sobre ser mãe seria produto das condições e circunstâncias de um dado momento histórico.

Como discutido neste artigo, foi entre os séculos XVIII e XIX que, na Europa, devido à diminuição da mão de obra produtiva e do alto índice de mortalidade infantil, que se implantou a representação da maternidade tal como a conhecemos hoje: baseada na idéia do amor natural e espontâneo das mulheres por seus filhos.

A partir do século XVIII, as mulheres passaram a ser consagradas como eixo da família responsáveis pelo cuidado e pela educação dos filhos. E, nesse contexto, a devoção e a presença vigilantes da mãe surgiram como valores essenciais, sem os quais os cuidados e a atenção necessários ao bem-estar da criança não poderiam efetivar-se.

Logo, a partir da pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho foi possível obter uma comprovação de que a maternidade está envolta em um Mito engendrado por vários discursos. Um mito que contempla concepções de amor incondicional; maternidade como felicidade feminina suprema; instinto materno e que permeia o imaginário social até a atualidade.

REFERÊNCIAS

ALARCAO, Madalena. **Des(equilíbrios) familiares**: uma visão sistêmica. Quarteto: Belo Horizonte, 2002.

ANDOLFI, Maurício. A construção do mito familiar e sua evolução em terapia. In: ANDOLFI, Maurício. **Tempo e mito em psicoterapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988. Cap.5, p.77-92

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BERLINCK, Manoel Tosta. As bases do amor materno, fundamento da melancolia. **Revista Latino americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 403-406, set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142014000300403&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 mar. 2015.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FIGUEIRA, Sérvulo A. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: Notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, S.A. (Org.). **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987. Cap 1, p. 11-31

HILFERDING, Margarete. **As bases do amor materno**. Trad. Teresa Pinheiro. São Paulo: Escuta, 1991. P.89-134

KIMURA, Amélia Fumiko. A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. **Revista escola enfermagem USP**, v.31, n.2, p.339-343, ago, 1997

KROM, Marilene. **Família e Mitos: prevenção e terapia: resgatando histórias**. São Paulo: Summus, 2000.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Aspectos psicossociais da gravidez e suas influências na construção de identidade e nas relações de gênero**. Belo Horizonte, 1994. 224p. Tese (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

MOREIRA, Renata Leite; RASERA, Emerson F. Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las. **Revista Psicologia & Sociedade [online]** 2010, Set-dez. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326440013>> Acesso em: 24 ago. 2015

MOREIRA, Renata Leite Cândido de Aguiar. **Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Uberlândia, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp108581.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2015

- NEUBURGUER, Robert. A memória Familiar. In: **O mito Familiar**. São Paulo: Summus, 1999. P.32-48
- NICHOES, Michel P. Terapia Familiar Boweniana. In: **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Porto Alegre: Artmed, 1998. P.309-340
- POSTER, Mark. Modelos de Estrutura da Família. In: **Teoria Crítica da Família. Rio de Janeiro**: Zahar, 1979. Cap 7, p.185-224
- RAUTER, Cristina. Mulher: Reflexões Psicopolíticas. In: POIAN, Carmen da (Org.). **Homem Mulher**. Rio de Janeiro: Taurus, 1987.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- SOIFER, Raquel. **Psicologia da gravidez, parto e puerpério**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1992
- SNYDERS, Georges. **Não é fácil amar os nossos filhos**. Presses Universitaires de France, 1980. Tradução Emílio Campos Lima.
- SOUSA, Valéria Feitosa. **A depressão no ciclo gravídico-puerperal de mulheres atendidas em um ambulatório de hospital geral**. 2008. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-09122008-154716/>>. Acesso em: 15 de abr. 2015
- STRAPASSON, Márcia.; NEDEL, Maria Noemia. Puerpério imediato: desvendando o significado da maternidade. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p. 521-8, set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v31n3/v31n3a16>>. Acesso em: 05 mar. 2015
- TATAGIBA, Ana Paula. Projetos profissionais e/ou maternidade: críticas a um dilema/sofrimento feminino (ainda) contemporâneo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, p. 437-444, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. A maternidade negada. In: PRIORE, M.D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. Cap. 6, p.189-223